

A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA EM SALA DE AULA: I SIMPÓSIO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA ENTRE RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES.

Melissa Escobar Carvalho¹, Danilo Santos de Jesus², Vera de Mattos Machado³

¹ *Mestranda em Ensino de Ciências . Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Email: apismel47@gmail.com*

² *Mestre em História e Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Email: nilogeografia@gmail.com*

³ *Prof^a -Orientadora .Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Email: veramattosmachado1@gmail.com*

RESUMO

Neste trabalho serão demonstradas as experiências vivenciadas de uma proposta levantada pela equipe pedagógica da Escola Estadual José Antônio Pereira, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Trata-se da realização de um Simpósio para alunos do ensino fundamental e médio. A proposta gira em torno da construção de um aluno crítico e pesquisador. A princípio, houve pequena resistência tanto por parte dos professores como dos alunos, porém foi demonstrado por meio de debates e estudo de referenciais teóricos que o objetivo era o de superar a perspectiva inócua do livro didático e de formar cidadãos críticos que conseguissem refletir sobre a construção complexa de uma sociedade justa baseada nas ideias de Paulo Freire. Ainda, bebemos nas águas de Piaget e de Vygotsky ,dois grandes teóricos , pois acreditamos que associando suas teorias podemos destacar o importante papel do trabalho em grupo mediado pelo professor . Esse, uma vez que consciente das informações sobre os estágios de desenvolvimento e dos Processos Psicológicos Superiores, pode elaborar estratégias de ensino capazes de proporcionar significado para a aprendizagem do educando. Por conseguinte, o evento contou com o apoio dos docentes que explicitaram a urgência e riqueza de experiências, as quais poderiam se concretizar em um evento desse calibre no interior de uma escola pública. Destarte, o I Simpósio foi uma forma alternativa na busca de conhecimento e veio para confrontar toda a ideia construída de educação “modelizada”. Esse simpósio feito de baixo para cima, em sala de aula, alça o aluno à condição de protagonista de seu próprio aprendizado, e como tal, enxerga as possibilidades de construção de seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: simpósio; aluno crítico pesquisador; educação modelizada.

INTRODUÇÃO

O I Simpósio da Escola José Antônio Pereira teve como tema central a pesquisa, a produção de ciência germinando no chão da escola. Em um contexto geral, as escolas são consideradas reprodutoras dos conceitos presentes em livros didáticos, todavia, hoje a educação oferecida no ensino fundamental e médio deveria fomentar a pesquisa formando discentes pesquisadores. A produção de ciência na escola José Antônio Pereira é pensada a partir de um consenso entre a coordenação pedagógica e corpo docente que organizam os levantamentos bibliográficos durante os três primeiros bimestres do ano letivo, com a intenção de gerar produtos, trabalhos científicos que necessariamente deverão ser apresentados na forma de banners no quarto bimestre.

Considerando as condições de estudo e pesquisa no ambiente escolar, em várias disciplinas, a sala de tecnologia foi o polo gerador das pesquisas e a biblioteca, o ambiente de contato com a literatura buscada na web. A figura do professor orientador aparece em dois momentos, o primeiro: para ampliar os limites do conhecimento já existente. Em um segundo momento o professor orientador deve auxiliar os alunos a saírem de situações estanques.

Para abranger as diversas áreas de pesquisa e as diversidades ideológicas, os estudos e as pesquisas foram divididos em eixos, inspirados na divisão proposta pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a saber: Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências Biológicas e Ciências Sociais. Por fim, o objetivo do simpósio é proporcionar à comunidade escolar uma forma eficiente e diversificada de trabalhar essas áreas do conhecimento humano visando à formação cidadã dos alunos, com o fito de sempre ajudá-los a interagir na sociedade de modo confiante e crítico.

Os processos educacionais, sobretudo, do ensino público no Brasil tendem a seguir algumas receitas de escolarização já superadas, como a contínua e maçante corrida contra o livro didático. A meta é reproduzir todo o conteúdo programático, independentemente do aluno estar aprendendo ou não. Outro ponto a ser destacado neste modelo de ensino é a total ou quase total desconexão dos saberes do aluno com o conteúdo programático dos parâmetros curriculares nacionais (PCN's) ou mesmo os referenciais teóricos propostos pelas escolas. Nesse sentido, a figura do professor entra como o elemento que deve acelerar a roda Livro/texto/cópia, de forma a valorizar a modelização e uniformização, e desprezar as reais e diferentes geografias dos educandos.

O assemelhamento, então, emergiria como condição para o *reconhecimento* do “outro” e de sua aprendizagem. Nestes termos, a “diferença” operada *sobre* o “outro” viria marcada pelos signos paradoxais de uma positividade e de uma negatividade: ser-lhe-ia benéfica, desde que se sujeitasse ao processo de modelização a ele dirigido. (COSTA, p.1261. 2005)

A expressão “escola é o lugar onde se aprende” faz parte do cotidiano de qualquer pessoa. Quem nunca ouviu ou disse isso? Cada indivíduo, cada classe social, e o conjunto da sociedade esperam da escola a formação de alunos críticos, cidadãos capazes de detectar, analisar, relacionar, e propor respostas aos problemas enfrentados na dia a dia, que condizem com os paradigmas de seu tempo histórico. Os conjuntos de relações sociais colocados em movimento acelerado pela atual fase do sistema capitalista de produção exigem dos cidadãos flexibilidade e velocidade na acumulação do capital, bem como requerem novas capacidades e habilidades de nossos recém-adultos, coisa que o atual modelo de escola já não pode atender. As perguntas que se colocam aqui são: A escola em seu processo histórico algum dia atendeu, de fato, as demandas da sociedade? As demandas dessa sociedade são demandas de seu conjunto ou de alguma(s) parcela(s) do todo? A escola José Antônio Pereira é capaz de atender as novas demandas sociais, ambientais, científicas e econômicas?

Para responder as duas primeiras perguntas devemos fazer um breve recorte histórico a fim de contextualizar a implantação e consolidação do ensino regular nacional. Estudar em uma escola, no Brasil, era estudar em escolas concebidas pelos Padres Jesuítas na então colônia portuguesa das Américas. Isso representou também a reafirmação da potência cultural europeia, ou seja, estudar era apenas decorar conceitos pré-estabelecidos em uma Europa colonizadora e em franca marcha de hegemonização cultural científica e religiosa, “No entanto, o conteúdo da transmissão envolveria algo mais do que isso: ele encarnaria a possibilidade mesma de fundamentar a realização última do homem, ou seja, a edificação de uma civilização plena, acabada, emancipada, orgulhosa de suas conquistas”. (COSTA, p. 1263, 2005). “Com o início do colonialismo na América, inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992).”(apud. LANDER, p.23, 2005), oras, em terras tupiniquins, nas quais os indígenas já possuíam sabedorias diversas sobre a fauna, flora e *topos*; em que as relações com o espaço já eram marcadas pela sua organização (regiões/territórios); em espaços de caça, de pesca, de agricultura, de guerra, do sagrado e do profano, marcadas também por relações já estabelecidas com o tempo, subdividido, por exemplo, em tempo de trabalho, de lazer, de festa, tempo climático, relações essas que ao serem nomeadas a partir das ideias europeias sobre o espaço e tempo já se enquadram dentro do processo de colonialidade dos saberes, pois esses conceitos citados acima não eram presentes nas sociedades locais.

A pedagogia tradicional assumiu o papel de protagonista nesse processo de educação baseado na transmissão de conhecimentos às crianças ou aos jovens, que por sua vez deveriam memorizar conceitos científicos vindos do meio externo, e mesmo assim, “apenas determinadas formas de conhecimento foram consideradas apropriadas para os planos de desenvolvimento: o conhecimento dos especialistas, treinados na tradição ocidental” (LANDER, p.31, 2005),

Assim a escola implantada pelos padres Jesuítas se consolidou na tarefa de civilizar os gentios da colônia, e foi o modelo que ficou responsável pela modernização do país em formação. Esse modelo educacional perdurou até meados dos anos 1930, ou seja, se o primeiro dos intuitos da missão civilizadora da educação era a tarefa na qual se devia “dar a partilhar” com o “outro” as condições de que este supostamente necessitaria para ascender a um patamar mais elevado no processo de hominização (COSTA, p.1264, 2005) temos então mais de 400 anos de memorização e repetição de conceitos pré-estabelecidos.

É só a partir da criação do ministério da educação, pelo presidente Vargas, que nasce o primeiro curso de formação de professores com a disciplina da didática em sua matriz curricular e, objetivando repensar apenas os métodos de ensino, na universidade de São Paulo (USP). Entretanto, se esqueceu de mais uma vez dos conhecimentos diversos de nosso continente, em meio as grandes mudanças socioeconômicas vividas pelo Brasil. Nasce a primeira Lei Diretrizes e Bases da educação, Lei 4024/61, responsável pela organização do ensino, atribuição de responsabilidades às esferas do poder público, e a garantia de 4 anos de escolarização. Por outro lado, a necessidade de formação técnica dos trabalhadores urbanos para manter em movimento a política do milagre econômico fez com que os militares promulgassem a segunda LDB (Lei 5692/71/) contendo as mudanças no regime de escolarização mínima do brasileiro (educação fundamental de 8 anos) e a efetivação do ensino técnico nas escolas públicas. Depois desse período de extremo e explícito controle prático e ideológico da educação, entramos em uma nova perspectiva inaugurada pela terceira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (9394/96), que deu mais liberdade para as escolas e professores poderem debater e organizar os currículos e programas políticos pedagógicos, ou seja, as escolas por força de lei podem adequar os referenciais teóricos do ministério da educação com o intuito de integrar a instituição escolar à comunidade circunvizinha.

O registro de avanços em nosso sistema educacional é sensível ao longo da história, transitando pela instauração do ministério da educação, pela matriz curricular e organizacional de cursos pelo MEC. Todavia, o item mais importante do direito inalienável a educação é a garantia de gratuidade e qualidade do ensino, contudo, este longo caminho percorrido pela educação brasileira

tem como características: a manipulação do sistema educacional pelas elites políticas e sociais, fundada na dualidade; ensino público e ensino privado, esse reservado a uma pequena parcela da população e aquele a grande massa trabalhadora e, respectivamente, são exemplos dos extremos da baixa e alta qualidade.

E para responder a terceira indagação realizada, temos que: o I Simpósio da escola José Antônio Pereira veio para confrontar toda a ideia construída de educação “modelizada”, apostando na produção de conhecimento autônomo, o próprio protagonismo juvenil. Fazer ciência no âmbito escolar não é reproduzir o livro didático, mas sim, apoiar-se no livro para fomentar discussões, aguçar a criatividade, e torná-lo um manual didático para experiências, criando métodos com a adaptação de conceitos à realidade do educando. Tematizar e problematizar os conceitos à realidade do educando traz sentido aos conceitos científicos presente no livro didático, deixando os conteúdos menos abstratos. O papel da ciência, vista dessa forma, presente no currículo de formação do aluno brasileiro, aplicada de fato a esse método de ensinar, diria Paulo Freire de “ensinagem”, altera o cotidiano escolar, revendo as práticas pedagógicas, usando o PCN, criando educandos com visão de mundo, principalmente daquela que os rodeia (aluno crítico).

O I simpósio representou para a escola José Antônio Pereira muito mais que a reorganização dos espaços, como também a reformulação da atividade docente, do comportamento dos alunos. A escola dos ritos e burocracias tornou-se uma escola de pesquisa. Os processos de ensino e aprendizagem são desenvolvidos em dois momentos: o primeiro é marcado pela interação aluno professor, o segundo se dá pelas interações entre os alunos. Contudo, para essa dinâmica funcionar, as teorias educacionais objetivam dar suporte teórico-metodológico a esse jogo de vai e vem construído em sala de aula, sendo a linha construtivista a que deve ser seguida. O ensino e a aprendizagem, para serem efetivos, devem seguir alguns preceitos, sendo eles: organização do espaço e do tempo educativo, apoio institucional, currículo relevante à sociedade e cultura local, assim como o contínuo aperfeiçoamento dos profissionais docentes, até aqui notasse um tipo de receita para o produto educacional que é a socialização e desenvolvimento global dos educandos.

METODOLOGIA

Todavia, não existe uma mecânica capaz de efetivar as variáveis em sala de aula, sendo assim o construtivismo proposto por Piaget¹ - que a grosso modo consiste na teoria do desenvolvimento pessoal a partir de fases de desenvolvimento, e em cada fase a interação com o meio físico e social dos educandos - nos assiste quanto ao processo de reconstrução dos conhecimentos socialmente construídos ao longo de nossa história.

Para o educando, aprender de fato precisa significar tudo. Deve-se achar um significado para o que está aprendendo. É notório que um indivíduo que não entende a razão pela qual deve aprender os conteúdos escolares e/ou não enxerga significado dos assuntos debatidos em sala pode tornar-se um mero copiador de textos.

“Um dos postulados básicos de Freire é o de que o educando deve ser considerado como *sujeito* de seu próprio processo de aprendizagem, partindo de sua própria palavra, sua língua, sua cultura, sua situação histórica, fazendo uma *leitura do mundo* e não apenas uma decodificação de sinais gráficos, desligados da vida das pessoas”. (PAULA, p. 82, 1999)

Nessa perspectiva, Piaget elabora um suporte para os professores ajudarem as crianças a formarem seus conhecimentos. O que mais é um conhecimento se não um aspecto da realidade construída pela humanidade? Porque não incentivar a criatividade da criança na construção de sua realidade objetiva, de sua Geografia, e de sua Biologia? Sobre os conhecimentos tratados em sala no tocante ao estudo das disciplinas é comum, se não obrigatório, o uso de imagens e textos para entender uma realidade objetiva, contudo apenas desenhar, ler, observar e decorar as informações contidas nesses elementos é, de fato, decorar as informações que o professor julga necessário. Aguçar a criatividade e ensinar métodos deveria ser o principal papel do que chamamos na escola José Antônio Pereira de “professor orientador”.

Efetivamente o simpósio seguiu dois caminhos, o primeiro foi a organização de um currículo que fosse capaz de transmitir, com o cuidado de – “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE p. 47, 1996) – aos educandos valores relevantes a sua realidade numa relação dialógica de troca de ideias orientada pelo professor, mas,

“É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento - não apenas precisa de ser apreendido por ele pelos educando e nas suas

¹ Sir Jean William Fritz Piaget (9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) foi um epistemólogo suíço, considerado o um dos mais importantes pensadores do século XX. Defendeu uma abordagem interdisciplinar para a investigação epistemológica e fundou a *Epistemologia Genética*, teoria do conhecimento com base no estudo da *gênese* psicológica do pensamento humano. Na educação, Piaget utiliza sua “teoria dos “estágios” para contrapor o ensino tradicional, autoritário, herdado do século XIX , a ideia piagetiana de capacidade cognitiva, então, propõe que o conhecimento não nasce no sujeito, nem no objeto, mas origina-se da interação "sujeito-objeto".

razões de ser - Ontológica , política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhada, vivido.” (FREIRE p. 47, 1996)

O segundo caminho passa pelo socioconstrutivismo , ou seja, pela afirmação da sociedade do indivíduo quanto ao seu papel social. É através da relação homem/meio/sociedade que as estruturas mentais superiores são formadas e, a partir destas que o homem se torna um ser social. A partir daí que emana o caráter socializante da escola, um ambiente, antes de tudo, de relações sociais.

Nesse ambiente de relações é impossível aprender apenas de cima para baixo numa ideia de subserviência à figura do professor. O ensino fixo e letárgico evidencia a dissonância entre o discurso acadêmico (escolas secundárias) e o discurso social vigente (realidade cotidiana). Hoje em uma sociedade mais flexível e de característica veloz, os professores deveriam perceber as verdadeiras intenções de Vigotsky² e Piaget no que tange ao aprendizado. À luz de nosso pensamento destacamos o papel do trabalho em grupo mediado pelo professor que, de posse das informações sobre as fases de desenvolvimento citado por Piaget, bem como as informações sobre as zonas de desenvolvimento proximal e potencial de Vigotsky, pode elaborar estratégias de ensino capazes de acelerar o aprendizado significativo para o educando. Nesse sentido, o conjunto de relações intra e extrapsíquicas vivenciadas pelos agentes escolares interferem positivamente no crescimento intelectual dos indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O I simpósio da escola José Antônio Pereira teve como espinha dorsal a sua organização de tarefas. Cada agente do processo ficou responsável por um conjunto de feitos. A coordenação de área se responsabilizou pela organização da burocracia, viabilização de recursos e estrutura para o evento, como também de fomentar os coordenadores de área. Cada Área contou com um professor que sistematizou os trabalhos dos professores orientadores. Eles, por sua vez, ficaram com a

² Lev Semenovitch Vygotsky (Orsha, 17 de Novembro de */*1896, — Moscou, 11 de Junho de 1934), foi um psicólogo bielo-russo, pensador importante em sua área, foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. As obras de Vygotsky incluem alguns conceitos que se tornaram incontornáveis na área do desenvolvimento da aprendizagem. Um dos conceitos mais importantes é o de Zona de desenvolvimento proximal, que se relaciona com a diferença entre o que a criança consegue realizar sozinha e aquilo que, embora não consiga realizar sozinha, é capaz de aprender e fazer com a ajuda de uma pessoa mais experiente (adulto, criança mais velha ou com maior facilidade de aprendizado, etc.)

responsabilidade de orientar os alunos durante as fases de tematização, problematização e levantamento bibliográfico. Além das atividades exercidas pelo corpo docente, a escola também criou outras duas áreas de organização. A área de tecnologia e o grêmio escolar ficaram com o trabalho de divulgar o evento nas redes sociais e auxiliar os alunos na confecção dos banners. A captação de recursos ficou responsável por firmar convênios e buscar patrocínio com entidades privadas. Essa ideia é demonstrada no organograma a seguir.



Organograma da organização do trabalho

O importante equilíbrio entre aprendizado social – leia-se aqui, tudo que é ensinado seja no seio familiar ou não institucional – e aprendizado institucionalizado apoiados na condição prévia de aprendizado, nas maneiras sociais em que o indivíduo formou seu arcabouço teórico e prático sobre a vida deve promover novos entendimentos sobre o(s) objeto(s) em questão. No ambiente social, outros indivíduos podem levantar novas questões, novos olhares sobre o(s) mesmo(s) objeto(s) e com isso chegar a novos entendimentos afetando com isso o entendimento de todos sobre o(s) objeto(s) em questão, o que gera os rizomas de conhecimento capazes de aparecer e desaparecer a qualquer momento e em qualquer lugar, tornando os conceitos científicos mais dinâmicos e interessantes aos olhos dos educandos. Assim, promover debates em sala de aula é pressuposto de uma boa formação dos esquemas de pensamento dos indivíduos, sem mencionar o crescimento global do cidadão que se acostumará a respeitar o outro e suas opiniões.

O problema da dissonância citada acima pode ser equacionado com a aproximação de assuntos contemporâneos (ambientais, exclusão social, manifestações de ruas e etc.) aos assuntos presentes nos currículos escolares, assim os alunos seriam capazes de resolver os problemas indicados pelos professores e/ou observados por eles. Isso seria resolvido com ludicidade nas escalas de análise, partindo de uma realidade mais próxima, mais “vívda”, até chegar a escala do abstrato, do não “vivido”, proporcionando aos educandos autoconstrução social e mental.

A oportunidade de analisar um conteúdo selecionado pela turma e professor, de construir respostas em comum acordo com a turma (conflitos interpessoais) ou construídas individualmente (conflitos intrapessoais), promove aprendizado de fato, pois é nesse momento que o conteúdo se aproxima do sujeito e por ele é contextualizado, tomando forma de um discurso oral e/ou impresso. Para Paulo Freire educação é “impregnar de sentido alguma coisa”.

O I Simpósio do JAP teve como elemento norteador a expressão “dar significados aos processos constituintes dos fatos, fenômenos”. O evento forneceu aos alunos ampla revisão bibliográfica, apresentou métodos de pesquisa e foi ensinado como se faz uma. Já os educandos se ocuparam em aplicar métodos, trazer a pesquisa para o mundo “vivido”. Sendo assim, os erros de pesquisa também foram apresentados, pois os alunos entenderam que a resposta inesperada e a falha em uma busca também é uma resposta. Outro ponto observado durante o simpósio foi a segurança com que os alunos tratavam sobre os temas propostos, como dominavam os conteúdos e surgimento de hipóteses. É papel de a escola dotar o educando de ferramentas capazes de ajudá-lo na construção de sua visão de mundo, visto que só desta maneira estaremos ajudando na formação efetiva de cidadãos críticos capazes de mudar suas realidades. Como podemos construir novos entendimentos? Essa pergunta era feita constantemente pelos professores orientadores. O aluno, ciente que poderia produzir novos temas e novas explicações sobre o que se vê/lê nos livros didáticos a partir de sua representação de mundo entende que o mundo não é imutável.

Em sala de aula, essas diversas construções, além de fazerem sucesso com os educandos, ativam o enfoque profundo à medida que aguça a criatividade e concomitantemente os “obriga” a pesquisar mais sobre a matéria, tematizar seus desafios acadêmicos, distanciando cada vez mais a ideia de disciplinas simplórias e enfadonhas. Esse simpósio feito de baixo para cima, em sala de aula, baseado nas ideias de Paulo Freire – tematização, problematização, reconstrução do mundo lido – alça o aluno a condição de protagonista de seu próprio aprendizado, e como tal, enxerga as possibilidades de produzir as suas geografias sejam elas urbanas, rurais, indígenas, negras, brancas, centrais ou fronteiriças, “o educador que, ensinando geografia, ‘castra’ a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica”. (FREIRE, p. 56, 1996).

É nesta batalha, entre a tradicional reprodução do livro didático e a produção de conhecimentos novos, pelos educandos do ensino fundamental e médio que reside algumas experiências colhidas e apresentadas neste trabalho. Essas ações são deflagradoras de novas possibilidades, de novos entendimentos de mundo e quiza de uma ação conscientizadora de classe.

CONCLUSÕES

Por meio de novas práticas de ensino, mas, sobretudo, de uma nova concepção de ensino em que os alunos são os protagonistas de suas histórias, sistematizando métodos, tabulando dados, produzindo ciência, apresentando resultados para a comunidade, os professores orientadores caminharam para desconstruir, em sala de aula, esses modelos e conceitos engessados, que não explicam o mundo em movimento.

Entendemos que o mundo não pode ser lido de forma estática, como um elemento a priori dado, Joel Wainwright expõe que “no pensamento de Nietzsche, o que está em jogo é a desconstrução de uma forma de pensar, pois para ele o ‘mundo aparente é o único: o mundo real tem sido falsamente acrescentado’...” (p.23, 2010), as verdades dos livros didáticos devem ser confrontadas com o mundo aparente com o objetivo de criar nos alunos um desejo de rejeitar as realidades pré-dadas que perpassam toda a história da educação brasileira.

Cada sujeito presente na sala de aula deve interagir um com o outro, discutir o conteúdo apresentado a partir de sua visão de mundo e do conteúdo em questão. Aqui o professor entra com conceitos científicos corroborando com a discussão, mas nunca colocando conceitos como verdades absolutas que explicam o mundo, pois sabemos que o mundo real resiste a essas idealizações cristalizadoras com as suas multiplicidades caóticas.

A formação intelectual dos educandos, a partir deles mesmos, se torna mais sólida à medida que o mundo é decodificado através de seus olhos e não por conceitos já cristalizados na história. Terá mais significado o ensino que partir das experiências e conhecimentos anteriores dos educandos. “Deleuze afirma que o pensamento parte sempre de pressupostos, o que faz com que o começo seja sempre um recomeço” (GALLO, p. 52, 2010), e por que não um recomeço baseado no modelo de pesquisa proposto pelo simpósio? “Para que as singularidades possam brotar e para que não sejamos sujeitados a viver sobre a ditadura do mesmo [...], por meio da literatura pasteurizada, das mídias homogeneizantes...” (GALLO, p.50, 2010).

Essa abordagem teórico-metodológica apresentou ótimos resultados no geral. Em específico, observamos que algumas disciplinas conseguiram melhores resultados, pois tiveram auxílio de aulas de campo e produção de experiências in loco. Assim, o processo educativo proposto pela escola José Antônio Pereira seguiu o caminho da produção de ciência para atrair a atenção dos alunos que estão estudando mais porque demonstram interesse em protagonizar o mundo em que vivem.

“Educador, nesse sentido, é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo e interage com outros sujeitos, dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicitação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstróem.” (FLEURI, 2003).

Enxergando esse processo, o aluno perceberá que a realidade vivida é mutável e se altera conforme as relações de poder que vão se acomodando no espaço. Com o tempo, os alunos podem olhar seus produtos científicos, intuir possibilidades, formular hipóteses novas, explicações novas, e usar a ideia de que “a intuição, em Deleuze, é um trabalho de pensamento que, articulando multiplicidades de conceitos, intui novos conceitos” (GALLO, p.33, 2008) e não ficar debruçado sobre velhos conceitos, “como cães famintos a raspar velhos ossos...” Produzir a possibilidade do novo é a marca que Gallo acredita ser imprescindível aos educadores que desejam criar uma educação melhor. “Uma educação [...] evidencia a dupla face do agenciamento: agenciamento maquínico de desejo do educador militante e agenciamento coletivo de enunciação, na relação com os estudantes e com o contexto social.” (GALLO, p.67, 2010).

O desafio de fazer um simpósio em uma escola de ensino médio pública implicou na luta cotidiana contra o controle dos postulados impingidos à escola pela secretaria de educação. As práticas e conteúdos em sala de aula promoveram possibilidades rizomáticas na produção de ciência, capaz de gerar os conceitos por meio de análises coletivas. Com isso, devemos usar todos os mecanismos das leis para subverter a ordem da educação tradicional, aproveitar os PPP’S, os currículos, os PCN’S contra eles mesmos, e lembrar que “as maiores batalhas foram vencidas pelos exércitos que souberam aproveitar-se das armas do inimigo, voltando-as contra ele próprio.” (GALLO, p.91, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Geografia. Brasília: MEC/SEF, v.5, 1998.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. **De fardos que podem acompanhar a atividade docente ou de como o mestre pode devir burro (ou camelo)**, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1257-1272, Set./Dez. 2005 1271.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação**. *Rev. Bras. Educ.* no.23 Rio de Janeiro May/Aug. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 41 reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção leitura).

GALLO, Silvio. **Foucault, Deleuze e educação.** Sônia Maria Claretto, Andreson Ferrari, Org. – Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2012.

_____. **Deleuze & a educação.** – 2.ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos.** *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pg.21-53.

PAULA, Eunice Dias de. **A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena,** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.

WAINWRIGHT, Joel. **Nietzsche against the Real World.** In ACME: An International E-Journal for Critical Geographies. 9 (1), p. 21-33, 2010.